



Sulema

Resposta ao Requerimento nº 73/2025, sobre Atendimento Prioritário para Pessoas com Fibromialgia

Prezada Vereadora,

Em atenção ao requerimento apresentado, a Secretaria Municipal de Saúde reconhece a **importância da adesão às Leis Estaduais nº 3.610/2019 e nº 4.349/2024**, que estabelecem o **atendimento prioritário para pessoas com fibromialgia e sua equiparação às doenças PcD**, respectivamente.

Contudo, é importante destacar que, **para que essas legislações sejam aplicadas efetivamente no âmbito municipal**, é necessária a criação de uma **Lei Municipal** regulamentando sua execução em Porto Nacional. Como o Legislativo municipal detém a competência para propor e aprovar leis locais, **sugere-se que a própria Câmara de Vereadores apresente um Projeto de Lei (PL) que incorpore essas diretrizes estaduais ao município.**

A adesão a uma legislação estadual por um município **não ocorre de maneira automática**. Para que as normas sejam implementadas, a administração municipal precisa de um **instrumento normativo próprio** que determine como será aplicada a priorização do atendimento e a concessão de benefícios às pessoas com fibromialgia. Isso envolve: **Criação de uma Lei Municipal**, regulamentando a aplicação dos direitos previstos nas leis estaduais dentro do município;

Definição de regras para o atendimento prioritário em órgãos públicos municipais e estabelecimentos privados;

Instituição de uma Carteira Municipal de Identificação da Pessoa com Fibromialgia, conforme solicitado;

Campanhas de conscientização sobre os direitos das pessoas com fibromialgia, garantindo ampla divulgação das medidas adotadas.

Competência Legislativa e Sugestão para um Projeto de Lei Municipal

O requerimento solicita que o Executivo simplesmente **"adote"** as leis estaduais, mas o correto seria a Câmara Municipal **elaborar um Projeto de Lei (PL) municipal** para regulamentar o atendimento prioritário dentro do município. A vereadora que apresentou o requerimento **possui competência legal para propor essa regulamentação**, conforme previsto na **Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara de Vereadores**. Assim, o caminho mais adequado seria a **apresentação de um PL que: Estabeleça a prioridade no atendimento em serviços públicos e privados no município;**

Enquanto a regulamentação municipal não for aprovada, a Secretaria de Saúde pode adotar algumas medidas administrativas dentro de suas atribuições, tais como: **Inclusão de atendimento prioritário para pessoas com fibromialgia nos serviços de saúde municipais** mediante normativas internas; **Treinamento das equipes de saúde** sobre a condição, garantindo que pacientes com fibromialgia recebam assistência adequada; **Campanhas de conscientização** para promover o respeito e a inclusão dessas pessoas nos espaços públicos e privados.

*Recebido 09/04/25
às 12:34h.*

Confira a autenticidade com o código a2F4Kv0t6Q no endereço



ESTADO DO TOCANTINS
MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Diante do exposto, a Secretaria de Saúde se coloca à disposição para **colaborar tecnicamente** com a elaboração de um Projeto de Lei Municipal que regulamente os direitos das pessoas com fibromialgia em Porto Nacional. Essa iniciativa garantirá que as medidas propostas tenham **validade jurídica e aplicabilidade prática**, proporcionando os benefícios mencionados no requerimento.

Atenciosamente,

Cristiane Nunes de Oliveira Aires Amaral
Gestora do Fundo Municipal de Saúde